

Diario da Justiça

DO ESTADO DE SERGIPE

ANNO VI — Aracaju, Sexta-feira, 30 de Abril de 1937 — NUM. 856

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

MANDADO DE SEGURANÇA N. — ARACAJU

(Demissão por abandono do emprego).

PARECER :

Consta destes autos que o cidadão Amynthas Diniz de Aguiar Dantas foi destituído de suas funções de agente fiscal de São Francisco, por abandono do cargo, que alli exercia, estando assim concebido o decreto do poder competente que o exonerou :

—O Governador do Estado de Sergipe, considerando que o agente fiscal de São Francisco, Amynthas Diniz de Aguiar Dantas, tendo obtido seis meses de licença, para tratar de interesses particulares, não reassumiu as funções do seu cargo, ao expirar a mesma licença, em 19 de Setembro deste anno, deixando, ao contrario, decorrer depois o periodo de trinta dias, que a lei permite, para este fim;

Considerando que de balde a Directoria de Finanças fez a notificação de que trata o § 3º do art. 14 da lei n. 1.044, de 8 de Novembro de 1928, pois o referido funcionario não voltou ao exercicio de seu cargo, limitando-se a fazer perante aquella Directoria allegações improcedentes, com prova falha, sem obedecer ás normas do art. 24, seus parágrafos e alíneas, da citada lei, resolve exonerar-o, por abandono, das respectivas funções. Palacio do Governo do Estado de Sergipe, Aracaju, 3 de Dezembro de 1937. — ERO-NIDES FERREIRA DE CARVALHO. *Epiphany da Fonseca Doria*”.

Realmente, em face do art. 14, letra d, do § 1º, da lei sob n. 1.044, de 8 de Novembro de 1928, que deu “Estatuto” aos funcionarios publicos do Estado, os servidores da administração publica, não exceptuados por disposição especial de lei, poderão ser exonerados, *por abandono de emprego*, considerando a lei como abandono do emprego — a ausencia do serviço por mais de trinta dias consecutivos, sem justificativa legal, devidamente comprovada.

E’ de ver, portanto, que o segurando, juntando apenas a estes autos dois “attestados medicos”, de se achar soffrendo de “sinu-site maxilar” e “rheumatismo generalizado”, no periodo de Setembro a Outubro de 1936 (doc. n. 6), não conseguiu preencher as exigencias do art. 24 da citada lei n. 1.044, de 1928, que aliás requer, terminantemente, para a obtenção ou concessão de licença que a molestia seja comprovada pela junta medica official, designada pelo Governo, em inspecção realizada na capital, salvo — em se tratando de grave enfermidade em funcionario de repartição do interior, ou de licença por prazo não excedente de trinta dias, casos em que, a juizo do Governo, poderá a molestia ser comprovada por attestado medico, declarada, entretanto, no attestado, quando se trate de grave enfermidade, a impossibilidade do requerente transportar-se á capital.

Allega ainda o impetrante que ao exgotar-se os seis meses de licença que lhe foram concedidos, requereu mais seis meses ao exmo. sr. dr. Governador do Estado, para tratamento de saude, o que por motivos de interesse publico não lhe poudo ser concedida (doc. n. 5).

E’ de notar-se, porem, que não consta dos autos a prova do mencionado pedido dessa nova licença, nem o despacho nelle proferido, recusando-a.

Nestas condições, está bem claro que os attestados em apreço não podem justificar a ausencia do segurando, por mais de 30 dias, nas funções do seu cargo.

Assim, o que antes competia por certo ao impetrante seria requerer ao poder competente a prorrogação de sua licença, nos termos do art. 24, § 1º, letra b, da sobre dita lei estatutaria, nu-

mero 1.044, de 8 de Novembro de 1928, sem o que não poderia justificar a sua ausencia por mais de trinta dias nas funções de seu cargo, e não dirigir ao director de Finanças a petição de que trata o documento n. 5, de fls., pois que aquella autoridade fiscal não tem competencia para aceitar razões justificativas de ausencia de seus subordinados, por mais de trinta dias, do serviço publico sob sua direcção.

Nestas condições, parece-nos evidente que o documento n. 5, em especie, bem como os attestados, em apreço, de fls. a fls., não podem justificar a ausencia do segurando, por mais de trinta dias, consecutivos, nas funções que alli exercia, de agente fiscal de São Francisco.

Finda a licença, resa o art. 32 da mencionada lei n. 1.044, o empregado reassumirá immediatamente as respectivas funções, sob pena de perda de todos os vencimentos, e si se conservar fóra do exercicio — por mais de trinta dias — incorrerá na perda do cargo, *por abandono*. (Vid. *Do. Of.* de 22-10-1936, incluso).

—:—

Tambem não é exacto o que affirma o requerente, de que conta mais de dez annos de serviço publico effectivo, sendo que por esta razão pretende que só poderia ser destituído de suas funções, por meio do processo administrativo, a que allude o art. 169 da Constituição Nacional, de 16 de Julho de 1934.

O impetrante foi na verdade nomeado agente fiscal de São Francisco, por acto do então Interventor Federal neste Estado, datado de 12 de Março de 1935, contando assim um anno, 8 meses e 11 dias apenas de serviço no Estado.

Nem lhe pode aproveitar — para isso — o tempo que apresenta, de haver servido interinamente na Fazenda Federal, desde 25 de Março de 1924, até 8 de Fevereiro de 1936 (doc. n. 4, de fls.).

O art. 133 da Constituição Estadual vigente, a que se reporta o segurando, não lhe pode favorecer, pois que só permite a contagem de tempo de serviço, quando prestado ao Municipio e á União, *para effeito de aposentadoria*, que é especie differente do caso *sub judice*. São estas as suas palavras textuaes:

—Para os effeitos de aposentadoria, contar-se-á o tempo de serviço municipal; o que for prestado á União, dentro do Estado, bem como o de função publica estadual, embora não remunerada.

Como se está vendo, o disposto no art. 133 da Constituição do Estado, de 16 de Julho de 1935, não tem a menor applicação ao caso em tela, e nesta conformidade não tem a menor precedencia para a situação em que se acha o impetrante.

Vale, portanto, dizer, senão affirmar, sem receio de contestação, aqui, que o cidadão Amynthas Diniz de Aguiar Dantas foi exonerado na conformidade da lei reguladora da especie em debate, e, pois, assim acontecendo, não pôde o acto, que o destituiu de suas funções, ser passivel de inconstitucionalidade ou illegalidade, como pretende a inicial de fls. 2.

—:—

Do exposto, resalta, portanto, claramente, que, exonerando o segurando, por abandono do seu posto, por ausencia — por mais de trinta dias do mesmo, o Poder Executivo não commetteu arbitrariedade alguma, e muito menos acto inconstitucional ou illegal, como pretende o requerente; mas, antes, praticou acto juridico, a que estaria obrigado, por força e effeito do art. 32 da lei estatutaria n. 1.044, de 8-11-1928, já aqui tantas vezes referida.

Consequentemente, não nos parece “liquido” nem “incontestavel” o direito a que se arroga o peticionario, pelo que se nos afigura que, em face do art. 113, inciso 33, da Nova Constituição Nacional, se impõe o indeferimento do pedido.

E’ o nosso parecer, salvo melhor entendimento da Egregia Corte de Justiça do Estado.

Aracaju, 15 de Abril de 1937.

A. Avila Lima,
procurador geral.

MANDADO DE SEGURANÇA N. — ARACAJU

PARECER

Contra a imposição de pena disciplinar é inadmissível o mandado de segurança (acc. da Corte Suprema, n. 115, de 25-10-1935, in Araujo Castro, A. Nova Constituição Brasileira, 2ª edição, pag. 461, nota 12 e Arch. Jud., vol. 35, pag. 391).

Com assento no artigo 33, da Nova Constituição da Republica, requereu Sebastião de Aguiar Machado, por seu advogado constituído, mandado de segurança a esta Egregia Corte de Appellação, para o fim de ser mantido no exercício do cargo de chefe da secção de Contabilidade do Departamento de Assistencia Municipal, do qual se diz afastado, por determinação illegal do exmo. sr. dr. Governador do Estado; e pede ainda, outrossim, que sejam declaradas nullas as suspensões que lhe foram impostas, decorrentes daquelle afastamento, que também reputa illegal, sendo-lhe pagos os vencimentos a que se julga com direito e que lhe foram suspensos.

E á guisa de justificação do pedido, vasado na inicial de fls. 2, argúe o impetrante que não podia ser removido do Departamento de Assistencia Municipal, para servir na Secretaria da Fazenda.

Entretanto, dispõe o artigo 17 da lei n. 1.044, de 8 de Novembro de 1928, que deu "Estatuto aos funcionarios publicos do Estado", que :

— A remoção do funcionario poderá dar-se no interesse do serviço publico, hypothese em que deve ir occupar lugar equivalente em categoria e vencimentos, ao que vinha exercendo.

Nem se trata na especie de remoção, propriamente dita, mas de mera "deslocação funcional", por interesse publico, e a que estão sujeitos os funcionarios, que não gozam de inamovibilidade.

E' necessario para logo considerar que, em face do art. 64, letra b, da Constituição Federal, até os magistrados podem ser removidos, em virtude de interesse publico, pois contra este não pode ser exercido nem o direito de propriedade (Const. cit., artigo 113, n. 17).

Ora, Sebastião de Aguiar Machado foi "designado" para orientar e dirigir os serviços a cargo do POSTO FISCAL de Villa Christina, até ulterior deliberação, sem outras vantagens além das do seu cargo, ficando-lhe marcado o prazo de 48 horas, para dar cumprimento á presente determinação (doc. n. 3, de fls.).

Assim acontecendo, agiu o sr. secretario da Fazenda dentro de suas attribuições, por ser da sua competencia não só a promoção, remoção e demissão dos empregados da Directoria de Finanças, como ainda todas as medidas que julgar convenientes para a melhor execução dos serviços a cargo da mesma Directoria de Finanças (Dec. n. 616, de 30-12-1915, art. 55).

E' de ver, portanto, que a designação do impetrante, para orientar e dirigir os serviços a cargo do "Posto Fiscal" de Villa Christina, até ulterior deliberação, foi sem duvida feita por motivo de interesse publico e por autoridade competente.

De conseguinte, não será de mais concluir que o acto de tal designação não pode ser qualificado de illegal e muito menos de inconstitucional, já que é principio de direito publico que toda a competencia vem da lei (Const. Fed., art. 7º).

De resto, em não havendo inconstitucionalidade, ou illegalidade no caso em tela, não tem applicação aos autos o citado art. 113, n. 33, da Lei maior da Republica, por isso que não é certo nem liquido, senão incontestavel, o direito a que se arroga o segurando.

Quanto, porém, á segunda parte do pedido, expresso na inicial de fls. 2, isto é, que sejam declaradas nullas as suspensões que lhe foram impostas, é de notar-se que, em face do art. 4º, n. IV, da lei n. 191, de 16 de Janeiro de 1936, que deu regulamento ao processo de mandado de segurança, — NÃO SE DÁ MANDADO DE SEGURANÇA, QUANDO SE TRATAR DE ACTO DISCIPLINAR.

Ora, a pena de suspensão, prevista no art. 17 da lei n. 1.044, de 8 de Novembro de 1928, combinado com o art. 6º da lei n. 11, de 4 de Dezembro de 1935, que criou o Departamento de Assistencia Municipal do Estado, foi applicada ao impetrante — como acto disciplinar.

Assim, pois, sendo, não pode a Egregia Corte conhecer de sua legalidade ou illegalidade, dès que para isso lhe falta competencia ou attribuição, nos termos do art. 4º, n. IV, da mencionada lei n. 191 de 1936.

Do exposto, resalta, consequentemente, que se impõe o indeferimento do pedido, por não ser liquido nem certo o direito a que se arroga o segurando.

E' o nosso parecer, salvo melhor apreciação.

Aracaju, 20 de Abril de 1937.

A. Avila Lima,

procurador geral.

Ordem dos Advogados do Brasil

Secção do Estado de Sergipe

EDITAL

De ordem do dr. Luiz Garcia, vice-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, (Secção do Estado de Sergipe), no impedimento do presidente dr. Alfredo Rollemberg Leite, e de accordo com o Artigo 16 do Regulamento da Ordem, torno publico que o bacharel Carlos Waldemar Accioly Rollemberg, requereu sua inscrição no quadro dos advogados da referida Ordem na Secção deste Estado.

Aracaju, 25 de Abril de 1937.

Luiz Magalhães,

1º secretario.

(Reg. 799 — 5 vezes).

JUIZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA CAPITAL

O dr. Innocencio Asterio de Menezes Lins, juiz de direito da 4ª vara desta comarca de Aracaju, na forma da lei etc.

Faz saber a todos que deste conhecimento tiverem, que transferiu suas audiencias ordinarias, das terças para as sextas-feiras, ás onze horas, no salão do Jury, no Palacio da Justiça. E para que chegue a noticia ao conhecimento de todos mandou passar o presente que vai publicado pela imprensa e affixado no lugar do costume. Passado aos 20 dias do mês de Fevereiro de 1937. Eu, Durval Corrêa de Araujo, escrivão do crime e escrevi.

Innocencio Asterio de Menezes Lins.

TRIBUNAL REGIONAL DE JUSTIÇA ELEITORAL

O bacharel Togo Albuquerque, director da Secretaria do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe, torna publico, para conhecimento de quem interessar possa, que é o seguinte o despacho exarado pelo desembargador Gervasio Prata, relator do processo instaurado pela Procuradoria Regional, contra o sr. Aurelio Leonardo Dantas, official do Registro Civil de Santo Amaro, por infracção do art. 183, n. 17, da Lei n. 48, de 4-5-1935, combinado com os artigos 207 e 6º, § 1º da Lei n. 230, de 31-7-1936: "Em vista da informação retro, cite-se o denunciado, — por edital, com o prazo de 30 dias, publicado no "Diario Official" — para offerecer a sua defesa escripta e responder aos mais termos do processo, tudo na forma do art. 185 e seus paragraphos doCodigo Eleitoral. (Reg. int. dos Trib. Reg. artigo 61 § 2º e Reg. int. do Trib. Sup. de Justiça Eleitoral artigo 101 § 1º). Aracaju, 8-Abril-1937. — (a) Gervasio Prata". O referido é verdade e dou fé. Secretaria do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral em Aracaju, 8 de Abril de 1937. — Togo Albuquerque, director.

O bacharel Togo Albuquerque, director da Secretaria do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral deste Estado, faz saber a quem interessar possa, que no dia 24 do corrente mês e anno, nesta Secretaria, será aberta vista pelo prazo de cinco dias, para apresentação das razões finais, no processo instaurado pelo dr. procurador regional, interino, contra o official do Registro Civil

de Propriá, Pedro Paulo Bello, como intercurso no art. 183, n. 17, combinado com o art. 207 da Lei n. 48, de 4 de Maio de 1936 e com o art. 6º, § 1º da Lei n. 230, de 31 de Julho de 1936.

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral em 23 de Abril de 1937.

Togo Albuquerque,
director.

O bacharel Togo Albuquerque, director da Secretaria do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe, torna publico, para conhecimento de quem interessar possa, que é do teor seguinte o despacho exarado pelo senhor doutor Olympio Mendonça, relator do processo de denuncia apresentada pelo eleitor Alfredo da Silveira Dantas, contra o official do Registro Civil do termo de Riachuelo, José Cupertino Telles, como tendo commettido o delicto eleitoral previsto no § 3º do art. 107 do Decreto n. 21.076, de 24 de Fevereiro de 1932, (Codigo Eleitoral): — "Verificando-se pela certidão retro que o denunciado Mario Silva Santos se acha em lugar não sabido e incerto, mando seja elle citado por edital de 30 dias, publicado no "Diario Official", para no prazo de cinco (5) dias, contados da terminação do referido edital, apresente defesa escripta, ficando igualmente citado para os demais termos do processo, até final julgamento, tudo na forma do art. 185 e seus paragraphos doCodigo Eleitoral. Aracaju, 24/4/1937. — (a) O. Mendonça. O referido é verdade e dou fé.

Secretaria do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe, em 26 de Abril de 1937.

Togo Albuquerque.